

Incluindo Processos

Veja também o item:

- [Inconsistência e Erros nos Eventos Iniciais - S1070 - Tabela de Processos Administrativos/Judiciais](#)

A inclusão do **processo trabalhista no eSocial** impacta a rotina do RH, já que altera a forma como são tratadas as informações de reclamações na Justiça do Trabalho. A mudança, que vale a partir de outubro de 2023, contempla o principal objetivo do eSocial, que é substituir obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias por um único sistema. Além disso, o mesmo layout traz novidades sobre a inclusão do IRRF na DCTFWeb.

O evento: **S-1070** é o evento utilizado para detalhamento dos Processos Administrativos/Judiciais do empregador/contribuinte/órgão público, quando se tratar de:

- Entidade patronal com representação coletiva
- Trabalhador contra um dos órgãos governamentais envolvidos no projeto do eSocial e que tenha influência no cálculo das contribuições, dos impostos ou do FGTS,
- Outras empresas, quando influenciem no cumprimento das suas obrigações principais e acessórias.

É utilizada para inclusão, alteração e exclusão de registros na Tabela de Processos Administrativos/Judiciais

Cronograma

Os processos trabalhistas serão enviados ao eSocial por meio de novos eventos, que detalharemos a seguir.

image.png

- S-2500 - Processo Trabalhista;
- S-2501 - Informações de Contribuições Decorrentes de Processo Trabalhista;
- S-3500 - Exclusão de Eventos - Processo Trabalhista;
- S-5501 ou S-5503 - Informações de Tributos Decorrentes de Processo Trabalhista.

Prevista inicialmente para janeiro, depois para abril e depois para julho de 2023, a entrada em produção desta fase do eSocial foi adiada novamente. A Instrução Normativa 2147 da Receita Federal, publicada em 30 de junho, estabelece que a apuração das informações referentes a decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho pela DCTFWeb, em substituição da GFIP, ocorre a partir de outubro de 2023.

Prazo para Entrega

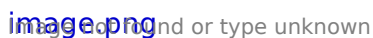
Há um marco temporal para os processos trabalhistas que devem ser informados ao eSocial, que é 01 de outubro de 2023. Ou seja, as informações que devem constar nos novos eventos são aquelas relativas aos:

- a) processos trabalhistas cujas decisões transitaram em julgado do dia 1º de outubro de 2023 em diante;
- b) acordos judiciais homologados a partir dessa mesma data;
- c) processos cuja decisão homologatória dos cálculos de liquidação foi proferida a partir do marco temporal, mesmo que seu trânsito em julgado tenha ocorrido em data anterior; e
- d) acordos no âmbito de CCP ou Ninter celebrados também do marco temporal em diante.

A partir disso, o prazo de envio do evento ao eSocial é até o dia 15 do mês subsequente. Ou seja, um processo trabalhista que tenha acordo ou decisão publicada, por exemplo, no dia 1º/10/2023 deve ser enviado ao eSocial até 14/11/2023 (já que 15/11 é feriado). Da mesma forma, um processo que teve trânsito em julgado em 2022, mas a sentença homologatória dos cálculos de liquidação somente foi publicada em 1º/10/2023, também deve ser enviado ao eSocial até 14/11/2023.

Fases

Antes de abordar os novos eventos, vamos lembrar as etapas de um processo trabalhista e esclarecer como ele se relaciona com o eSocial. Em linhas gerais, uma reclamação trabalhista é composta pelas seguintes fases:

image.png
Image not found or type unknown

Somente após a liquidação da sentença, quando todos os recursos foram esgotados e o processo transita em julgado (ou seja, o teor da ação já está decidido) é que o empregador é intimado a cumprir a decisão. Então, as informações devem ser enviadas ao eSocial.

Normalmente, as ações trabalhistas envolvem o pagamento de valores ao empregado e o recolhimento de contribuições por parte da empresa. Esses cálculos são feitos no decorrer do processo e homologados pelo juiz. À empresa cabe pagar e comprovar os depósitos, já que o processo só consta como encerrado quando o pagamento for feito. É dessa etapa que tratam os novos eventos do eSocial, que veremos a seguir.

Informação

Ao todo, o novo layout traz quatro novos eventos: um para envio de informações da reclamação, outro para valores de contribuição, um evento para exclusão e outro de retorno do eSocial. Vamos saber mais sobre eles:

- **S2500 - Processo Trabalhista** é o evento do eSocial que registra as informações de processos trabalhistas na Justiça do Trabalho e também de acordos celebrados nas Comissões de Conciliação Prévia (CCP) e nos Núcleos Intersindicais (Ninter). Neste evento são prestadas informações cadastrais e contratuais relativas ao vínculo, às bases de cálculo para recolhimento de FGTS e da contribuição previdenciária do RGPS.

- **S2501 - Informações de Contribuições Decorrentes de Processo Trabalhista** - É o evento que informa os valores do imposto de renda retido na fonte e das contribuições previdenciárias, inclusive as destinadas a Terceiros. Esses valores incidem sobre as bases de cálculo constantes das decisões condenatórias e homologatórias de acordo proferidas nos processos da Justiça do Trabalho, nos acordos celebrados nas Comissões de Conciliação Prévia (CCP) e nos Núcleos Intersindicais (Ninter), que foram informados no evento S-2500.
- **S3500 - Exclusão de Eventos - Processo Trabalhista** - Esse evento serve exclusivamente para tornar sem efeito um evento S-2500 ou S-2501 enviado indevidamente.
- **S5501 e S5503 - Informações de Tributos Decorrentes de Processo Trabalhista** - É um evento de retorno do eSocial para o evento de S-2501. O objetivo é mostrar ao declarante, com base nas informações transmitidas, os tributos apurados, as contribuições previdenciárias, as contribuições devidas a outras entidades e fundos e o imposto sobre a renda da pessoa física retido na fonte.

Se ao enviar o evento S1070 para o Portal do eSocial retornar inconsistência, você conseguirá pesquisar os Códigos de erros através do link [eSocial - 1070](#)

image.png

Esse item será utilizado para a geração do arquivo e-Social, fica disponível em **Manutenção > Empresas > Processos**.

image.1685186562884.png

image.1682339722081.png

Nessa tela, você deverá informar todos os Processos e seus detalhes referentes a Alíquota RAT ou FAP ou ainda Outros, onde será habilitado o grupo das **Informações Gerais**:

Identificação - Referente Alíquota RAT

1) Tipo

- a) Administrativo
- b) Judicial

Informações Gerais - Outros

1) Abrangência

- a) IRRF
- b) Contribuições Sociais do Trabalhador
- c) FGTS

d) Contribuição Sindical

2) Autor da Ação

- a) Próprio Contribuinte
- b) Outra entidade

3) Indicativo da matéria do processo ou alvará judicial

- a) Exclusivamente tributária ou tributária e FGTS
- b) Exclusivamente FGTS e/ou Contribuição Social Rescisória (Lei Complementar)

4) Observações

Informações complementares - Judicial (Este campo ficará habilitado quando o Tipo de Processo for Judicial)

- 1) UF da Vara
- 2) Código do Município
- 3) Identificação da Vara

Informações Suspensão de Exigibilidade de Tributos e FGTS

- 1) código da suspensão
- 2) Indicativo da suspensão

Se o Tipo for administrativo

- a) Depósito Administrativo do Montante Geral
- b) Contestação Administrativa FAP
- c) Sem suspensão de exigibilidade

Se o Tipo for Judicial

- a) Liminar em Mandado de Segurança
 - b) Depósito Judicial do Montante Geral
 - c) Antecipação de Tutela
 - d) Liminar em Medida Cautelar
 - e) Sentença em Mandado de Segurança Favorável ao Contribuinte
 - f) Sentença em Ação Ordinária Favorável ao Contribuinte e Confirmada
 - g) Acórdão do TRF Favorável ao Contribuinte
 - h) Acórdão do STJ em Recurso Especial Favorável ao Contribuinte
 - i) Acórdão do STF em Recurso Extraordinário Favorável ao Contribuinte
 - j) Sentença em 1ª instância não transitada em julgado com efeito suspensivo
 - j) Decisão Definitiva a favor do contribuinte
 - k) Sem suspensão da exigibilidade
- 3) Data da decisão
 - 4) Indicativo de depósito do montante integral - Se assinalado indica Sim.

Identificação - Referente Alíquota FAP

- 1) Tipo
 - a) Administrativo
 - b) Judicial
 - c) Processo FAP (S-1070 exercício anterior à 2019)

Informações Gerais - Outros

- 1) Abrangência
 - a) IRRF
 - b) Contribuições Sociais do Trabalhador
 - c) FGTS
 - d) Contribuição Sindical
- 2) Autor da Ação
 - a) Próprio Contribuinte
 - b) Outra entidade
- 3) Indicativo da matéria do processo ou alará judicial
 - a) Exclusivamente tributária ou tributária e FGTS
 - b) Exclusivamente FGTS e/ou Contribuição Social Rescisória (Lei Complementar)
- 4) Observações

Informações complementares - Judicial (Este campo ficará habilitado quando o Tipo de Processo for Judicial)

- 1) UF da Vara
- 2) Código do Município
- 3) Identificação da Vara

Informações Suspensão de Exigibilidade de Tributos e FGTS (ficará habilitado apenas se o Indicativo da matéria do processo ou alvará judicial for Exclusivamente tributária ou tributária e FGTS)

- 1) código da suspensão
- 2) Indicativo da suspensão

Se o Tipo for administrativo

- a) Depósito Administrativo do Montante Geral
- b) Contestação Administrativa FAP
- c) Sem suspensão de exigibilidade

Se o Tipo for Judicial

- a) Liminar em Mandado de Segurança
 - b) Depósito Judicial do Montante Geral
 - c) Antecipação de Tutela
 - d) Liminar em Medida Cautelar
 - e) Sentença em Mandado de Segurança Favorável ao Contribuinte
 - f) Sentença em Ação Ordinária Favorável ao Contribuinte e Confirmada
 - g) Acórdão do TRF Favorável ao Contribuinte
 - h) Acórdão do STJ em Recurso Especial Favorável ao Contribuinte
 - i) Acórdão do STF em Recurso Extraordinário Favorável ao Contribuinte
 - j) Sentença em 1ª instância não transitada em julgado com efeito suspensivo
 - j) Decisão Definitiva a favor do contribuinte
 - k) Sem suspensão da exigibilidade
- 3) Data da decisão

4) Indicativo de depósito do montante integral - Se assinalado indica Sim.

Identificação - Outros

- 1) Tipo
- a) Administrativo
- b) Judicial

Informações Gerais - Outros

- 1) Abrangência
- a) IRRF
- b) Contribuições Sociais do Trabalhador
- c) FGTS
- d) Contribuição Sindical
- 2) Autor da Ação
- a) Próprio Contribuinte
- b) Outra entidade
- 3) Indicativo da matéria do processo ou alvará judicial
- a) Exclusivamente tributária ou tributária e FGTS
- b) Exclusivamente FGTS e/ou Contribuição Social Rescisória (Lei Complementar)
- 4) Observações

Informações complementares - Judicial (Este campo ficará habilitado quando o Tipo de Processo for Judicial)

- 1) UF da Vara
- 2) Código do Município
- 3) Identificação da Vara

Informações Suspensão de Exigibilidade de Tributos e FGTS (ficará habilitado apenas se o Indicativo da matéria do processo ou alvará judicial for Exclusivamente tributária ou tributária e FGTS)

- 1) código da suspensão
- 2) Indicativo da suspensão

Se o Tipo for administrativo

- a) Depósito Administrativo do Montante Geral
- b) Contestação Administrativa FAP
- c) Sem suspensão de exigibilidade

Se o Tipo for Judicial

- a) Liminar em Mandado de Segurança
- b) Depósito Judicial do Montante Geral
- c) Antecipação de Tutela
- d) Liminar em Medida Cautelar
- e) Sentença em Mandado de Segurança Favorável ao Contribuinte
- f) Sentença em Ação Ordinária Favorável ao Contribuinte e Confirmada
- g) Acórdão do TRF Favorável ao Contribuinte
- h) Acórdão do STJ em Recurso Especial Favorável ao Contribuinte
- i) Acórdão do STF em Recurso Extraordinário Favorável ao Contribuinte
- j) Sentença em 1ª instância não transitada em julgado com efeito suspensivo
- j) Decisão Definitiva a favor do contribuinte
- k) Sem suspensão da exigibilidade

3) Data da decisão

4) Indicativo de depósito do montante integral - Se assinalado indica Sim.

Revision #22

Created 18 April 2023 07:54:00 by ProjetosD

Updated 20 August 2024 19:29:45 by ProjetosD